



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Leandro Grass, brasileiro, casado, Deputado Distrital, portador do R.G 2.168.161 e do CPF 000.143.601-52, com domicílio profissional no Edifício Sede da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Gabinete 13, situado na Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 - CEP: 70.094-902 vem, respeitosamente, com amparo no art. 230, inciso III, c/c 1º, XIX, ambos do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, apresentar a presente

REPRESENTAÇÃO
(Com pedido de medida cautelar)

Em face de possíveis ilegalidades praticadas pela Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP, Secretaria de Esporte e Lazer e Consórcio Arena BSB, consoante os fatos e fundamentos que serão expostos a seguir.



I – DOS FATOS

A presente representação tem por escopo evitar, ao menos em tese, a dilapidação do patrimônio do Distrito Federal, relacionado ao complexo esportivo de Brasília, cuja exploração foi recentemente concedida à iniciativa privada por meio do Contrato entabulado entre a TERRACAP e a Arena BSB.

A concessão envolve, consoante o item 3.1 do referido contrato, o seguinte objeto: gestão, manutenção, modernização e operação/exploração do Centro Esportivo de Brasília, que, de acordo com as informações extraídas do sítio eletrônico da Terracap, compreende, para os fins desse contrato, os seguintes equipamentos públicos:

Estádio Nacional de Brasília Mané Garrincha;
Ginásio de Esportes Nilson Nelson;
Ginásio e Complexo Aquático Cláudio Coutinho;
Quadras Poliesportivas.

Observa-se, a partir do item 3.1.4, que eventuais obras de modernização estão autorizadas, desde que sejam obras de construção de novas instalações, de ampliação, de melhorias ou de adequação do imóvel.

Para além disso, é de se verificar que o referido contrato traz algumas disposições acerca da manutenção do complexo, especialmente sobre a manutenção dos imóveis localizados no Complexo.

Nesse particular, verifique-se o disposto no item 4.4, que determina, como obrigação da concessionária, a realização da manutenção do complexo aquático Cláudio Coutinho, em que se encontram as piscinas descobertas e também o ginásio de mesmo nome, que antes era uma piscina coberta.

Cumpre destacar que o referido complexo aquático, na forma como demonstrado no Anexo II do referido contrato, informa, necessariamente, que o Ginásio faz parte do referido complexo, razão pela qual a concessionária deve mantê-lo e não tomar quaisquer providências que envolvam a sua demolição.



O complexo é uno e unitário. E tanto o é que, de acordo com a pesquisa feita na Consulta CEP da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a menção ao Ginásio Cláudio Coutinho demonstra se tratar o mesmo CEP do Complexo Aquático, conforme se verifica da imagem a seguir, extraída da referida pesquisa, constante no seguinte

sítio

eletrônico:

(<https://buscacepinter.correios.com.br/app/endereco/index.php?t>)





Portal Correios > Busca por Endereço ou CEP



Busca CEP

Digite um CEP ou um Endereço:*

Não utilize nº de casa/apto/lote/prédio ou abreviação.

Esse CEP é de:

Buscar



Portal Correios > Busca por Endereço ou CEP

Resultado da Busca por Endereço ou CEP

1 a 1 de 1

Logradouro/Nome	Bairro/Distrito	Localidade/UF	CEP
SRPN - Centro Aquático Ginásio Claudio Coutinho	Asa Norte	Brasília/DF	70070-707

Nova Busca

Assim, o próprio contrato indica a manutenção do complexo. E mais, que eventuais demolições deveriam ser precedidas das observações de regras de tombamento, uso e ocupação do solo e edificações vigentes. E isso é obrigação secundária. Ou seja, a manutenção é principal e antecede a ações mais profundas.

Contudo, este parlamentar recebeu denúncia, no dia 12 de abril, de que a Arena BSB estaria demolindo ou tomando providências para demolir o Ginásio Cláudio Coutinho que, repise-se, é parte do complexo aquático de mesmo nome. Com efeito, recebemos os seguintes registros fotográficos:





Dessa forma, descabe dizer que a concessionária pode demolir o ginásio. Pela expressa dicção contratual não pode fazê-lo. E mais, observe-se que, de acordo com a Cláusula Décima Segunda do referido contrato, a alteração unilateral de



contrato é prerrogativa da concedente. Ela pode ser feita ainda por mútuo consentimento, mas não há notícia de alteração contratual nesse sentido.

Assim, a demolição, conforme já mencionado, em análise sistemática, não pode ocorrer. Por fim e não menos sem importância, urge destacar que a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal, em ofício encaminhado ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ofício Nº 336/2021 - SECEC/GAB), demonstrou a necessidade de manifestação, acerca da pretensa demolição do Ginásio Cláudio Coutinho pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal – CONDEPAC.

No entanto, o referido Conselho não foi ouvido.

Em síntese, há notícia de demolição em descompasso com o contrato entabulado. Outrossim, por se tratar de equipamento público em área tombada, é preciso ouvir o Conselho competente. Em nada disso ocorrendo, é certo que a medida é ilegal e deve ser obstada, por esta Corte de Contas.

II - DOS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS VIOLADOS

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu artigo 19, determina que a Administração deve obsequiosa obediência a diversos princípios que orientam a sua atividade, cujo teor ora se destaca:

Art. 19. A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal obedece aos princípios de **legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, motivação, participação popular, transparência, **eficiência e interesse público**, e também ao seguinte:

Em se tratando de contrato de concessão pública, à luz do disposto na Lei 8.987/95, é certo que há a necessidade de obsequiosa obediência ao contrato entabulado. Conforme já demonstrado e, salvo melhor juízo, o que se admite apenas por argumentação, a premissa imposta na avença entabulada é a manutenção do complexo Cláudio Coutinho, o que envolve, por certo, o ginásio.

Manter não significa demolir, por óbvio. Ao contrário, significa outra medida por parte tanto do poder concedente tanto quanto da concessionária. Dessa forma, a demolição proposta fere o contrato.



Para além disso, é preciso verificar se há o interesse público na demolição. E isso envolve, necessariamente, a participação da sociedade na referida discussão. E aqui é que entra a figura do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural do Distrito Federal – CONDEPAC. Com efeito, as suas atribuições estão dispostas no artigo 24 da Lei Complementar nº 934/2017. Eis o seu teor:

Art. 24. São atribuições do CONDEPAC-DF:

I – propor e opinar sobre diretrizes, programas de ação e instrumentos de identificação, reconhecimento, proteção, salvaguarda, promoção e valorização do patrimônio cultural material e imaterial;

II – deliberar privativamente sobre tombamento de bens móveis e imóveis e registro de formas de expressão, manifestações, saberes, ofícios, modos de fazer, celebrações e lugares como patrimônio cultural do Distrito Federal, bem como sobre cancelamento de registro e tombamento;

III – opinar sobre propostas de legislação, normas e projetos relativos a proteção e fiscalização do patrimônio cultural, inclusive do Conjunto Urbanístico de Brasília e sua área de tutela;

IV – opinar sobre aceitação de doações, alienação, aquisição e desapropriação de bens culturais pela Administração Pública do Distrito Federal;

V – opinar sobre propostas de intervenção física em bens materiais tombados como patrimônio cultural do Distrito Federal;

VI – articular-se e colaborar com o CCDF e seus órgãos regionais e setoriais nas áreas de sua competência.

Os incisos I e V se amoldam ao presente caso. Recorde-se o fato de que o complexo Cláudio Coutinho está na área tombada de Brasília. Por mais que não esteja sendo utilizado no momento, por problemas de gestão – isso não se nega – o seu destino não pode ser tratado sem que a população participe, por meio do CONDEPAC. E o referido órgão não foi consultado, de modo que mesmo que a concedente desse a sua autorização, essa está condicionada a uma manifestação do controle social.



Ainda que assim não se entenda, é certo que a interpretação sistemática do contrato anexo não permitiria, ao menos em tese, a demolição. Se assim o for, o controle social estará absolutamente afastado do processo de discussão, até porque suposta autorização dada pela concedente em razão do plano de execução apresentado pela concessionária, no Anexo V, do contrato, não foi publicizada, haja vista que o referido anexo, no sítio eletrônico da Terracap, não está disponível.

Por fim, e não menos sem importância, é um patrimônio cultural e esportivo do Distrito Federal que será demolido. E não se vai apenas o concreto. Vão as memórias da cidade. A sua adesão ao conjunto urbanístico. Tudo isso sem a participação social.

Nem se fale se tratar em querer tomar o lugar da concessionária. Não! Apenas questiona-se que o contrato está sendo observado de forma correta, além da necessária participação social. Portanto, diante de tais argumentos, tem-se violado o artigo 10 da LODF, consubstanciado na violação às cláusulas 3.1, 3.1.4 e 4.4 do contrato entabulado, além da violação ao artigo 24 da Lei Complementar nº 934/2017.

III – COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS PARA APURAÇÃO DAS ILEGALIDADES ORA APONTADAS

Cumprido destacar que, diante das evidentes ilegalidades e do potencial prejuízo ao erário distrital, é certo que o Tribunal de Contas do Distrito Federal detém competência para apreciar e julgar a presente representação. Nesse particular, destaque-se o que dispõe o Regimento Interno desta Colenda Corte de Contas:

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, compete:

(...)

XIX - apurar e decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por cidadão, partido político, associação ou sindicato, bem como sobre representações em geral, **versando sobre irregularidades e ilegalidades de atos sujeitos ao seu controle;**

(...)

“Art. 230. O Tribunal receberá representações sobre ilegalidades, irregularidades ou abusos identificados no



exercício da administração contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades sujeitos à sua jurisdição ou na aplicação de quaisquer recursos repassados ao Distrito Federal, ou por este, mediante ajuste de qualquer natureza”.

Como demonstrado, os procedimentos ou a ausência deles, adotados ou não pela Terracap, pela Secretaria de Esporte e pela Concessionária merecem a análise criteriosa deste Egrégio Tribunal.

IV – DO PEDIDO DE CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR

Diante de todo o exposto, e considerando eventual prejuízo ao interesse público e, por conseguinte, ao Erário, é imperioso que seja concedida medida cautelar para sustar a demolição do Ginásio Cláudio Coutinho, parte integrante do complexo Cláudio Coutinho.

Com efeito, o artigo 277 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal assim dispõe:

Art. 277. O Plenário, o relator, ou, o Presidente, na hipótese do art. 16, inciso XIV, deste Regimento, em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, poderá, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, com ou sem a prévia oitiva da parte, determinando, entre outras providências necessárias à preservação da legalidade e do patrimônio público, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o Tribunal decida sobre o mérito da questão suscitada, nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 1/94.

Os requisitos para a concessão da cautelar são os seguintes: urgência, fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público ou de risco de ineficácia da decisão de mérito.



Com efeito, a urgência está caracterizada iminente demolição, consoante o disposto no ofício 336/2021, da Secretaria de Cultura, bem como revelado pelas fotos anexadas na presente petição.

Há fundado receio de grave lesão ao interesse público, na medida em que o CONDEPAC não se manifestou sobre o caso. E mais, caso demolido, o ginásio se perde eternamente.

A concessão de cautelar, no presente caso, tem por escopo garantir a preservação de legalidade e, por consequência, do interesse público. Assim, requer-se a concessão de medida cautelar, nos termos do artigo 277 do Regimento Interno desta Corte, para que, antes mesmo da oitiva do Excelentíssimo Presidente da TERRACAP, da Excelentíssima Secretária de Estado de Esporte e Lazer e do Presidente da Arena BsB, para que seja suspensa demolição do Ginásio Cláudio Coutinho.

IV – DOS PEDIDOS

Demonstrada pois, a competência, dessa Corte, bem como os indícios concernentes à irregularidade apontada, requer-se:

- a) A concessão de medida cautelar, nos termos do artigo 277 do Regimento Interno desta Corte, para que, antes mesmo da oitiva do Excelentíssimo Presidente da TERRACAP, da Excelentíssima Secretária de Estado de Esporte e Lazer e do Presidente da Arena BsB, para que seja suspensa demolição do Ginásio Cláudio Coutinho;
- b) Confirmadas as irregularidades apontadas, torne-se definitiva a concessão da medida cautelar, com a procedência do pedido, para que seja impedida a demolição do Ginásio sem que haja a oitiva do CONDEPAC, à luz do artigo 24 da Lei complementar nº 934/2017;

Termos em que pede deferimento.

Brasília-DF, 13 de abril de 2021.

Leandro Grass

LEANDRO GRASS
Deputado Distrital/ Rede Sustentabilidade



I – Documentos anexos

- 1) Contrato com a Arena BsB;
- 2) Anexos I e V do contrato;
- 3) Ofício nº 336/2021 – Secretaria de Cultura e Economia Criativa.